n.º 8, 1.ª série, de 10 do mês corrente, onde se lê: «despesas das avaliações requeridas dos recursos», deve ler-se: «despesas das avaliações requeridas e dos recursos».

Direcção Geral das Contribuições e Impostos, 12 de Janeiro de 1931.—Pelo Director Geral, *Anibal de Macedo Chaves*.

2.ª Repartição Central

Decreto n.º 19:236

Convindo simplificar a liquidação e cobrança da verba global a que se refere o artigo 1.º da lei n.º 1:274, de 5 de Junho de 1922, a pagar pelas sociedades anónimas, sociedades por cotas, firmas em nome colectivo ou individual, nacionais ou estrangeiras, que, sob qualquer forma ou denominação, exerçam a indústria ou comércio bancário;

Considerando que, nos termos do artigo 11.º do decreto-lei n.º 15:837, de 13 de Agosto de 1928, essa verba global passou a ser repartida pelos contribuintes proporcionalmente ao montante das suas transacções, que também estão sujeitas ao imposto do selo a que se referem as alíneas a) e b) do artigo 1.º do decreto-lei n.º 16:732, de 13 de Abril de 1929, e portanto pode o seu lançamento fazer-se na própria guia do imposto do selo e paga juntamente com este;

Considerando que, para se obter a receita de 2:200.000\$ que tem sido repartida pelos respectivos contribuintes, basta que se liquide a importância de 35 por cento sobre a do imposto do selo que incidiu nas operações bancárias;

Nestes termos, usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Nas guias para pagamento do imposto do selo, a que se referem as alíneas a) e b) do artigo 1.º do decreto-lei n.º 16:732, liquidar-se hão 35 por cento da sua importância, que serão cobrados juntamente com esta.

Art. 2.º A liquidação da percentagem a que se refere o artigo 1.º será feita, nas repartições de finanças do concelho ou bairro onde as referidas guias forem apresentadas, pelas entidades designadas no artigo 1.º da lei n.º 1:274, de 5 de Junho de 1922, e será escriturada como receita do imposto do selo.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado dos Paços do Governo da República, em 14 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto n.º 19:237

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O n.º 5.º do artigo 6.º do decreto n.º 17:335 passa a ter a seguinte redacção:

5.º A viúva do falecido só terá direito à pensão se tiver estado casada com este, pelo menos, durante um ano, excepto se dele tiver um ou mais filhos ou se a morte tiver ocorrido em razão de facto que no momento do casamento não fôsse razoável prever.

Art. 2.º O § 1.º do artigo 6.º do decreto n.º 17:335 passa a ter a redacção seguinte:

§ 1.º Perdem o direito à pensão as pensionistas que, depois de ocorrido o facto que lhes fez adquirir este direito, contraírem matrimónio.

Art. 3.º Ao artigo 1.º do decreto n.º 17:701 é acrescentado o seguinte:

§ 5.º Serão mantidas as pensões que, embora não requeridas dentro do prazo a que se refere o artigo 11.º do decreto n.º 17:335, satisfaçam a todas as mais condições desse diploma, desde que tenham sido usufruídas por espaço superior a dez anos.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 14 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 19:238

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 3:807.600\$ a verba de 1:500.000\$ inscrita no orçamento do Ministério